



Agenda dos Dirigentes

Dezembro de 2017

União Económica e Monetária

A próxima Cimeira do Euro será muito diferente das anteriores. Não há crises para gerir. Atualmente, prevê-se que a economia da área do euro cresça ao ritmo mais rápido desta década. O número total de postos de trabalho aumentou para valores sem precedentes, com o desemprego a atingir o seu nível mais baixo em oito anos. Os défices das administrações públicas diminuíram e restabeleceu-se a confiança na nossa economia. Esta situação deve-se a várias medidas que tomámos nos últimos dez anos, tanto a nível nacional como da UE, para melhorar a competitividade das nossas economias e reforçar a resiliência da área do euro.

A melhoria da situação económica cria uma oportunidade para debater os desafios que nos esperam e as formas de enfrentar as crises futuras, tendo em conta que muitos riscos potenciais são externos e não são específicos da Europa, nomeadamente as tensões geopolíticas por todo o mundo, o aumento do protecionismo, a possível desaceleração da economia chinesa, o aumento da aversão ao risco nos mercados financeiros com a subida das taxas de juro a nível mundial e correções bruscas das taxas de câmbio. É neste contexto que deveremos refletir sobre o reforço da União Económica e Monetária (UEM).

Uma questão estratégica consiste, pois, em assegurar que nós, os Estados-Membros e a união monetária no seu conjunto, dispomos dos recursos necessários para fazer face a choques potenciais. **A Cimeira do Euro de dezembro é a primeira oportunidade para abordar esta questão e deverá preparar o terreno para os dirigentes tomarem decisões no próximo ano.**

A Declaração de Roma ilustra o nosso firme compromisso em trabalhar com vista a concluir a UEM. O Relatório dos Cinco Presidentes, de junho de 2015, inclui um conjunto abrangente de propostas de reforma. No entanto, embora exista um consenso sobre o objetivo global, **os Estados-Membros divergem quanto à sua avaliação do que deve ser feito, bem como à urgência que atribuem a esta tarefa.** Na ausência de pressão do mercado, a vontade política coletiva de realizar novos progressos enfraqueceu.

Na cimeira, os dirigentes serão convidados a definir a sua abordagem preferida para continuar a reforçar a União Económica e Monetária. **No entanto, não há dúvida de que o primeiro exame objetivo é a conclusão da União Bancária, que é não só possível como necessária. Se não se verificarem progressos significativos neste domínio, será muito difícil antever progressos em torno das ideias mais ambiciosas.**

A fim de preparar o nosso debate, o Eurogrupo examinou uma série de ideias relativamente às quais existe uma ampla convergência:

- Pôr em funcionamento um **mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução**, eventualmente sob a forma de uma linha de crédito do Mecanismo Europeu de Estabilidade;
- Prosseguir o desenvolvimento do Mecanismo Europeu de Estabilidade, possivelmente para o converter num **"Fundo Monetário Europeu"**. Estes trabalhos terão de ser alinhados com os trabalhos sobre o mecanismo de apoio comum;
- Continuar a desenvolver o roteiro do Conselho ECOFIN, de junho de 2016, sobre a conclusão da União Bancária, especificando critérios e prazos para alcançar progressos na redução dos riscos e na partilha de riscos, incluindo a introdução gradual de um **Sistema Europeu de Seguro de Depósitos**.

Contudo, em relação a uma série de outras questões, os debates não permitiram chegar a uma ampla convergência:

- Racionalizar as **regras orçamentais** para simplificar o quadro existente ou reforçar a sua implementação e execução;
- Estabelecer uma **capacidade orçamental** para a área do euro, designadamente para efeitos de estabilização;
- Criar um **"Ministro Europeu da Economia e das Finanças"**, cujo papel ainda está por definir.

Convidam-se os dirigentes a indicar se estão de acordo em:

- **mandatar o Eurogrupo/Conselho ECOFIN, consoante adequado, para levar por diante os trabalhos sobre as questões acima referidas, dando prioridade àquelas em que há um maior grau de convergência;**
- **voltar a debater estas questões em junho de 2018, com vista a tomar uma primeira série de decisões.**